

# Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro

DANILO ENRICO MARTUSCELLI\*

## Introdução

A história das formações sociais capitalistas dependentes que contam atualmente com avançado grau de desenvolvimento das forças produtivas<sup>1</sup> foi marcada por três formas distintas de dependência (Fiori, 1995; Saes, 2007): a) a *velha ou antiga dependência*, que esteve vinculada ao modelo capitalista agrário-exportador no qual esses países desempenhavam o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas aos países imperialistas e recebiam em troca investimentos em infraestrutura física, transporte e energia, assim como apoio financeiro para a comercialização de produtos primários; b) a “nova dependência”, que esteve ligada ao modelo capitalista de substituição de importações que, simultaneamente, criou obstáculos à importação de mercadorias e não promoveu o mesmo tipo de restrição à importação de capitais, vistos pelos Estados dependentes e pelas classes dominantes locais como garantia do processo de industrialização desses países. Nesse caso, a importação de capitais estrangeiros ocorreu por meio de investimentos nos “novos segmentos industriais” e da instalação de filiais das empresas multinacionais nesses países; e c) a “novíssima dependência”, que está associada ao modelo capitalista neoliberal. Nessa forma de dependência, as potências imperialistas impelem as economias dependentes a atrair investimentos externos sem garantir como contrapartida a promoção de “políticas ativas de desenvolvimento”. Ou seja,

---

\* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: daniloenrico@gmail.com

1 Como são os casos argentino e brasileiro na atualidade.

os capitais estrangeiros que chegam a esses países não se destinam à internalização de conhecimento e de tecnologias de ponta, tampouco à ampliação do mercado interno. Visam apenas ao apoderamento do que já existia, sem nada agregar de novo, instaurando, assim, um processo de “periferização de segundo grau”.<sup>2</sup>

No final dos anos 1990, os efeitos da implementação das contrarreformas neoliberais geraram profundo desgaste desse modelo de capitalismo. Tal situação criou condições propícias para a emergência de forças alternativas e de resistência às versões mais extremadas de neoliberalismo consolidadas na América Latina. No plano político-eleitoral, candidaturas que se apresentavam como críticas da ortodoxia do livre mercado e que se encontravam em franco processo de isolamento político nos anos 1990 passaram a obter vitórias políticas importantes e com apoio popular nos pleitos presidenciais, ainda que, em alguns casos, à custa de uma série de concessões políticas aos interesses do capital financeiro internacional, no âmbito de seus próprios programas de governo, constituindo variações de neoliberalismo.

Para tratar desse processo, Klachko e Arkonada (2017) procuram distinguir dois tipos principais de governos progressistas: o “primeiro anel progressista”, que avançou na concretização de um “horizonte pós-neoliberal” e constituiu o “núcleo bolivariano” formado por Venezuela, Equador, Bolívia e Cuba; e o “segundo anel progressista”, integrado por Argentina, Brasil, Uruguai, incluindo aqui também Nicarágua e El Salvador e, com algumas ressalvas, o Chile. À diferença do núcleo bolivariano, que tentou construir transições ao socialismo,<sup>3</sup> esse “segundo anel progressista” procurou apostar na “redistribuição de riqueza para tirar amplas camadas da população da pobreza e redinamizar o mercado interno” (Klachko e Arkonada, 2017, p.110).<sup>4</sup>

2 Foi Fiori (1995) quem cunhou a expressão “novíssima dependência”. Incorporando à sua análise tal conceituação, Saes (2007) elaborou essa ideia de “periferização de segundo grau”. Ambos os autores tomam como referência as formações sociais latino-americanas quando tratam das três formas de dependência acima mencionadas. Empregamos de maneira provisória as denominações utilizadas por esses autores para se referir aos três tipos de dependência, pois reconhecemos sua precariedade analítica – afinal, o que poderia vir depois da novíssima dependência? A nova novíssima dependência? Ou em que medida as noções de antiga, nova e novíssima dependência só aludem à localização temporal de tais tipos de dependência, ocultando assim o conteúdo dos processos e dinâmicas presentes em cada um desses momentos históricos? Talvez em outra oportunidade tenhamos condições de apresentar uma alternativa a tais nomenclaturas.

3 Consideramos que isso se fez presente fundamentalmente na luta ideológica dos governos bolivarianos, tendo em vista que, num sentido mais rigoroso, não se constituíram como experiências de ruptura efetiva com o Estado burguês. Na verdade, tais experiências estão mais próximas da consolidação de um capitalismo de Estado nas condições históricas das formações sociais dependentes, já que abrangem processos de transferência da titularidade jurídica, via expropriação ou indenização, de algumas empresas e atividades privadas estratégicas para o Estado. É importante ressaltar que tais processos estão distantes de obter o alcance político das experiências russas ou chinesas no século XX, nas quais se perseguiu o objetivo de eliminar o capital privado pela via de sua expropriação.

4 De uma perspectiva bastante diferente da adotada por esses autores e por nós, Sader (2013, p.138) indica que há uma unidade entre as experiências de “reação antiliberal” ocorridas na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Equador, no Uruguai e na Venezuela, que está baseada nos seguintes

As vitórias de Hugo Chávez (Venezuela), em 1998, Lula (Brasil), em 2002, Néstor Kirchner (Argentina), em 2003, Tabaré Vázquez (Uruguai), em 2004, Evo Morales (Bolívia), em 2005, Rafael Correa (Equador), em 2007, Fernando Lugo (Paraguai), em 2008, assim como suas reeleições ou a (re)eleição de seus correligionários, expressariam o processo de desgaste das políticas mais claramente identificadas com o receituário ortodoxo neoliberal, assim como uma forma de reagir ao aprofundamento da “novíssima dependência” na região.

Pode-se questionar se, no plano das ações efetivas de seus respectivos governos, essas candidaturas lograram consolidar uma política antiliberal. Pode-se questionar também se não há diferenças marcantes na composição política desses governos. No entanto, consideramos que há entre eles um denominador comum: todos foram eleitos em meio a um processo histórico no qual a execução da política neoliberal passou a enfrentar a emergência e a articulação de demandas populares que colocavam em questão as versões neoliberais mais ortodoxas. Ademais, mesmo que se encontre nessas candidaturas ou iniciativas políticas limitações flagrantes na forma como procuravam criticar/superar o neoliberalismo, é importante afirmar que, nos pleitos eleitorais, todas elas ficaram reconhecidas como oposição e alternativas aos governos anteriores que aplicaram quase que restritamente a política de interesse do capital financeiro internacional, daí advindo a utilização de diversas denominações para caracterizar esses governos constituídos na virada dos anos 1990 para os anos 2000, tais como: “pós-neoliberais”, “reformistas”, “progressistas”, “governos de esquerda ou centro-esquerda”, “populistas”, “social-liberais”, “neodesenvolvimentistas”, “social-desenvolvimentistas” etc.

Ainda que se possa utilizar a ideia de governos progressistas ou de centro-esquerda para se referir às políticas executadas por Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015) e Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), consideramos que esses governos não podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pois a política que implementaram se limitou a reformar o capitalismo neoliberal e a resistir à “novíssima dependência” (e não a confrontá-la). O fim do ciclo desses governos pela via eleitoral ou do golpe de Estado veio acompanhado da aplicação de um neoliberalismo mais ortodoxo, o que parece sugerir que as mudanças das políti-

---

aspectos: “a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado”. Coincidindo com a ideia de agregar todas essas experiências como pós-neoliberais, Segre (2016) procura indicar que os “governos nacional-populares e pós-neoliberais” que se viabilizaram por meio de eleições diferem da “esquerda marxista e populista” prevalecente entre 1925 e 1959 e da “esquerda guerrilheira” que marcou presença na América Latina entre 1959 e 1990. Aqui, procuramos tratar da noção de pós-neoliberalismo como uma noção ideológica, que alude à realidade de algumas formações sociais nas quais se pronunciaram efetivos processos de ruptura com o capitalismo neoliberal, tais como foram os casos de Bolívia, Equador e Venezuela, mas ilude na medida em que procura incorporar experiências muito díspares num mesmo guarda-chuva e que estiveram bastante aquém de alcançar essa ruptura.

cas econômicas e sociais, realizadas nos anos 2000, se sustentaram apenas como políticas de governo, de fôlego curto e vulnerável ao humor da conjuntura, em vez de se definir como políticas de Estado efetivas, de efeito prolongado e mais resistente às alterações na correlação de forças.

Tais governos, portanto, não puseram em xeque o capitalismo neoliberal, nem a “novíssima dependência”, uma vez que não implementaram uma política de confronto aberto com os interesses do capital financeiro internacional, ainda que isso se fizesse mais claramente presente nos discursos oficiais dos governos Kirchner. É, fundamentalmente, o exame tanto das frações da classe dominante que deram sustentação a tais reformas e resistências quanto das relações entre tais frações e as classes dominadas, que nos colocam em melhores condições de compreender a natureza desses governos, seus alcances e limites como experiências de progressismo ou de reação ao neoliberalismo ortodoxo e à “novíssima dependência”.

Os casos argentino e brasileiro podem ser concebidos como distintos daqueles consolidados nos países do núcleo bolivariano que avançaram na direção da construção de uma burguesia nacional de Estado como força social, ainda que isso não tivesse resultado na eliminação do capital privado. Aqui, é importante observar que o processo de construção do chamado capitalismo de Estado no século XX eliminou apenas formalmente o capital privado. As empresas estatizadas se configuraram como “aparelhos capitalistas” e, portanto, se constituíram sob a lógica das relações sociais capitalistas, ou como observa um estudioso do tema:

[...] no nível econômico, a existência de relações mercantis e de relações sociais capitalistas no seio das formações sociais em transição está ligada com a existência de “empresas”. São essas “unidades de produção” que correspondem à estrutura das forças produtivas e a um conjunto de relações sociais herdadas do capitalismo. (Bettelheim, 1972, p.124)

Esses casos também diferem dos países que mantiveram ou aprofundaram a política neoliberal, como são os casos da Colômbia e do Peru, sob a direção de uma burguesia associada ou integrada ao imperialismo. Argentina e Brasil são experiências políticas que viram a emergência das burguesias internas como força social. Sem pôr em xeque a hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia associada a ele, as burguesias internas argentina e brasileira lograram acomodar seus interesses no bloco no poder, contemplados numa proporção qualitativamente superior quando comparada ao dos anos 1990.

De antemão, é preciso salientar que a referência à burguesia interna feita aqui *nada tem a ver com a antiga burguesia nacional*. Fazemos alusão a uma outra fração de classe burguesa, que se situa numa posição intermediária entre a antiga burguesia nacional e a burguesia compradora ou associada ao imperialismo, tendo em vista que sua posição oscila entre a dependência e a contradição com o

capital estrangeiro ou imperialista. O conceito de burguesia interna foi elaborado originalmente por Poulantzas (1974; 1975). Procuramos discutir o alcance e os limites desse conceito em outro artigo: Martuscelli (2014). A aplicação do conceito de burguesia para os casos argentino e brasileiro tem sido muito desigual. Para analisar o caso argentino, só conhecemos a comunicação apresentada por Boito Jr. e Rojas (2009). Em relação ao Brasil, o uso desse conceito tem encontrado terreno fértil. Embora essa definição já tivesse sido aplicada de maneira mais sistemática por Gorender (1981), quando buscava caracterizar o que chamava de “burguesia brasileira”, é no contexto dos anos 2000 que se projeta como um conceito central para várias pesquisas, por exemplo: Berringer (2015), Boito Jr. (2012a; 2012b; 2016), Boito Jr. e Saad-Filho (2017), Braga e Montrose (2017), Bugiato (2016), Gil e Lima (2015), Martuscelli (2015; 2017a), Saes (2007; 2014). Várias foram as noções empregadas para se referir à burguesia compradora, cujos exemplos destacamos os seguintes: “burguesia integrada” aparece na obra de Marini (1965), “burguesia associada” nos escritos de Cardoso e Faletto (1970) e “burguesia-tampão” no livro clássico de Fernandes (2006).

Tratemos, portanto, de analisar os aspectos principais que caracterizam a burguesia interna como fração de classe nas formações sociais dependentes. Para tanto, abordaremos algumas questões fundamentais, tais como: a problemática da internacionalização do capital e sua relação com a emergência das burguesias internas; o movimento pendular da burguesia interna como característica de seu posicionamento político; e as tensões da burguesia interna com o intervencionismo estatal. Nesse sentido, a partir das pesquisas que vimos realizando sobre as classes dominantes argentina e brasileira, nos propomos a examinar os aspectos constituintes gerais do que poderíamos chamar de burguesia interna das formações capitalistas dependentes ou burguesia interna dependente – fração burguesa que apresenta características distintas das burguesias internas europeias dos anos 1970, analisadas por Poulantzas. Não poderíamos deixar de mencionar aqui que esse autor previa inclusive a possibilidade de emergência de burguesias internas nos países latino-americanos, pois como sustentava:

[...] pela “industrialização periférica”, núcleos de burguesia interna podem igualmente aparecer nas formações periféricas: se essas burguesias já não constituem mais as burguesias nacionais das fases precedentes do imperialismo, elas não se reduzem forçosamente ao que G. Frank designa como *Lumpen-burguesias*. (1974, p.72)

### **Internacionalização do capital e frações burguesas**

Diferentemente das teses que advogam que o processo de internacionalização do capital teria como resultado a formação de uma classe dominante mundial unificada, sustentamos que os fracionamentos ainda persistem no seio das classes dominantes (Martuscelli, 2010). Não ignoramos que as mudanças ocorridas nas últimas décadas, associadas à constituição do próprio capitalismo neoliberal como

modelo de acumulação capitalista, teriam permitido uma ampliação inaudita dos rendimentos das frações superiores das classes dominantes (Duménil e Lévy, 2004; Harvey, 2008). No entanto, trabalhamos com a tese de que a internacionalização do capital provocou a emergência de novas formas de fracionamento de classe que, em grande medida, nos ajudam a explicar as diferenças de direção política burguesa quando confrontamos os governos de Néstor e Cristina Kirchner com os de Carlos Menem ou de Maurício Macri, ou comparamos os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff com os de Fernando Henrique Cardoso ou de Michel Temer. O aspecto principal que permite caracterizar tais diferenças de direção política burguesa encontra-se nos conflitos emergentes no seio das classes dominantes na conjuntura mais recente.

Quais seriam essas novas formas de fracionamento? Na existência de uma dada fração burguesa, podem se entrecruzar e se combinar quatro variáveis principais: escala do capital (grande, médio e pequeno), função do capital (industrial, comercial e bancário), tipo de desenvolvimento capitalista à qual está vinculada (prioridade dada ao mercado interno ou ao mercado externo) e posição no sistema econômico capitalista internacional (burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna). Incorporamos nesta análise a variável “tipo de desenvolvimento capitalista”, pois o capitalismo dependente parece estar profundamente marcado por formas históricas específicas de dependência, nas quais ora predomina o desenvolvimento voltado para o mercado externo, ora aquele direcionado ao mercado interno. A alternância dessas formas de dependência produz efeitos sobre o processo de formação de frações de classe e de suas tendências ideológicas nessas formações sociais. Ainda que não utilize o mesmo aparato teórico que o nosso, uma reflexão similar a essa podemos encontrar no trabalho de Ostiguy (1990). Algo diferente ocorre nos países do capitalismo central, que são muito menos vulneráveis a tais transformações e oscilações, pois ocupam os lugares dominantes na divisão internacional do trabalho. Além disso, observamos que as demais variáveis já haviam sido discutidas e abordadas por Farias (2009) e Saes (2014), bem como a ideia de entrecruzamento de fração.<sup>5</sup>

No processo recente de internacionalização do capital, são as duas últimas variáveis que adquirem importância especial para a análise das formações sociais dependentes, como a argentina e a brasileira. Isso se dá porque:

1) os vínculos das frações dominantes com os mercados interno e externo passaram a assumir um papel específico naquilo que vimos chamando de “novíssima dependência”. Se, na “nova dependência”, a política de substituição de importações induzia as frações dominantes locais a dirigir seus negócios para o mercado interno, mesmo quando não visassem à ampliação do mercado consu-

5 Farias (2017) introduziu uma outra variável para examinar o fracionamento das classes dominantes, a saber: o fracionamento regional, que diz respeito às contradições que podem vir à tona entre frações das classes dominantes que ocupam posição central e periférica no processo de acumulação de capital no âmbito interno (nacional).

midor de massas; na “novíssima dependência”, há um processo de estímulo às exportações, principalmente de produtos de baixo valor agregado (as chamadas *commodities*), assim como de capitais, já que algumas empresas argentinas e brasileiras deram início ou intensificaram um processo de internacionalização de suas matrizes, vindo a exportar capitais e criar filiais em outras formações sociais, sobretudo na América Latina e na África. Além disso, as frações dominantes mais concentradas economicamente se tornaram mais inclinadas a garantir seus lucros a partir da exportação de *commodities* do que propriamente de incentivos à ampliação de seus respectivos mercados internos de origem. Nessa perspectiva, na relação mercado externo-mercado interno é o primeiro que se transforma no polo principal e dinamizador do crescimento dessas economias no processo de reformas do capitalismo neoliberal, ou ainda, se há alguma dinamização do mercado interno, essa não é a orientação fundamental da política de governo. Não é por acaso que a crise do *boom* das *commodities*, ocorrida recentemente, impôs sérias dificuldades econômicas à Argentina e ao Brasil. Isso não significa que as economias desses países eram movidas apenas pela exportação de *commodities*, mas que a restrição à venda desses produtos de baixo valor agregado colaborou de forma significativa para a constituição de um quadro de recessão econômica nesses dois casos.

Não poderíamos também deixar de reconhecer diferenças entre as classes dominantes na Argentina e no Brasil, já que, de acordo com os dados da pesquisa sobre as quinhentas maiores empresas do mundo organizada pela revista *Fortune*, cerca de sete empresas brasileiras, na conjuntura mais recente, figuravam na lista, enquanto nenhuma argentina entrou nesse ranking durante todo o período kirchnerista.<sup>6</sup> Enfim, ainda que em termos de protagonismo no mercado mundial haja diferenças importantes entre as empresas argentina e brasileira de grande porte, há proximidade entre as classes dominantes dessas duas formações sociais quando se examina o que poderíamos chamar de vocação exportadora de *commodities*, fenômeno esse que é condicionado pelo lugar subordinado que ocupam na divisão internacional do trabalho;

2) com o acelerado processo de internacionalização do capital, a posição que as classes dominantes passam a ocupar no sistema econômico sofre profundas mudanças. Entre os segmentos que compõem o grande capital, inexistente algo próximo do que poderíamos chamar de burguesia nacional, fração essa que estaria interessada em desenvolver o mercado interno e, sob determinadas condições, integrar com as classes populares uma frente anti-imperialista. Tampouco isso nos levaria a sugerir, como faz a tese da burguesia mundial, que as burguesias dos países dependentes estariam plenamente integradas às burguesias imperialistas,

6 Ver: <http://fortune.com/fortune500/>. Desde a primeira publicação virtual desse ranking, a presença das empresas brasileiras entre as quinhentas maiores do mundo foi a seguinte: três (2005), quatro (2006), cinco (2007), cinco (2008), seis (2009), sete (2010), sete (2011), oito (2012), oito (2013), sete (2014), sete (2015) e oito (2016).

fazendo desaparecer, com isso, as contradições entre uma e outra. Se levássemos às últimas consequências esse tipo de interpretação, não lograríamos compreender as diferenças na direção política burguesa que dá sustentação aos governos de Néstor e Cristina Kirchner e de Lula da Silva e Dilma Rousseff em comparação aos seus antecessores. De modo distinto do que prega a propaganda oficial, o aspecto decisivo que deu direção política à implementação da política desses governos não foi a dimensão do social ou das concessões materiais aos trabalhadores. Esse é um aspecto importante, mas secundário quando se examina um governo capitalista, visto que, nesse caso, as políticas voltadas à acumulação de capital jamais deixarão de ter prioridade sobre as políticas voltadas à reprodução da força de trabalho. Por que isso ocorre? Porque no capitalismo os trabalhadores jamais se constituirão como força hegemônica, como parece sugerir o discurso de que o que mudou foi o social. Para alcançar tal hegemonia, a história das revoluções do século XX parece ter demonstrado que se faz necessário transformar profundamente o Estado burguês, fenômeno que esteve bem distante de ocorrer pela via da estatização ou da nacionalização dessas economias.

Nesse sentido, as mudanças mais significativas nesses governos ocorreram por meio dos realinhamentos políticos que se produziram no seio das classes dominantes, criando, com isso, as condições básicas para o processo de reformas do capitalismo neoliberal e de resistência às dinâmicas impostas pela “novíssima dependência”. Se houve um redimensionamento da questão social no sentido de garantir concessões materiais aos trabalhadores, isso se manifestou como fenômeno subordinado aos interesses do bloco no poder.

Mesmo sem pôr em risco os interesses do imperialismo, o fortalecimento da burguesia interna na conjuntura mais recente garantiu a concretização de um processo de reformas e revisão da versão neoliberal mais ortodoxa vigente nos anos 1990. Como já salientamos, essa burguesia interna é uma fração de classe que possui uma posição ambivalente diante do capital estrangeiro ou imperialista, oscilando entre a contradição e a dependência. Configura-se, portanto, como uma fração que não pode vir a participar de uma frente anti-imperialista e tampouco se comportar como uma mera correia de transmissão dos capitais forâneos. A burguesia interna é uma fração de classe que emerge nas formações sociais dependentes como fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas e da internacionalização do capital, daí advindo, assim, sua característica como fração de classe: é dependente financeira e tecnologicamente do capital estrangeiro ou imperialista e, ao mesmo tempo, resiste de forma seletiva a tais interesses sem confrontá-los abertamente como força anti-imperialista. Ou ainda, a burguesia interna é uma fração de classe que aceita com seletividade a presença do capital estrangeiro ou imperialista numa dada formação social. Tais características levam a burguesia interna a expressar sua fragilidade econômica, política e ideológica diante ao imperialismo, aceitando tendencialmente o lugar subordinado que lhe é reservado na divisão internacional do trabalho.



## Burguesia interna e movimento pendular na conjuntura<sup>7</sup>

Dado seu posicionamento ambivalente diante do imperialismo, a burguesia interna pode oscilar também seu comportamento político perante as classes dominadas. Em linhas gerais, é possível dizer que, nos tempos de bonança e de relativo crescimento econômico, a burguesia interna é capaz de fazer concessões materiais a tais classes, cuja abrangência pode variar de uma conjuntura para outra, mas, numa situação de crise ou recessão econômica, parte dela pode vir a se movimentar para o outro polo com vistas a repassar o ônus da crise para os trabalhadores, constituindo nesse caso frente única com os interesses imperialistas contra as classes dominadas.<sup>8</sup> No geral, é possível dizer que a burguesia interna dos países capitalistas dependentes é uma fração de classe capaz de vir a tratar os direitos sociais e trabalhistas e os impostos em geral como encargos ou entraves à competitividade das empresas; tal posicionamento tende a ganhar mais força quando se depara com as situações de crise econômica.

Não são raros os casos de pronunciamento público de porta-vozes da burguesia interna contra: a) a chamada “insegurança jurídica” ou o chamado “Custo Brasil”/“Costo Argentina”, em especial quando se está em curso a implementação de regulamentações que implicam a ampliação desses direitos sociais e trabalhistas ou de regras que tornam os trabalhadores menos vulneráveis nas negociações trabalhistas; e b) a ampliação de gastos primários, em particular se tais gastos envolverem aumento de impostos.

Esses deslocamentos políticos operados pela burguesia interna na conjuntura nos remetem à metáfora do pêndulo. Em meados dos anos 1970, o economista Marcelo Diamand fez uso dela para explicar as oscilações recorrentes da política econômica argentina que, em grande medida, derivariam das disputas entre duas “correntes antagônicas” do pensamento econômico: a corrente populista (mais tarde chamada por ele de “corrente expansionista ou popular”) e a corrente ortodoxa econômica (posteriormente denominada por ele como “liberalismo econômico”).<sup>9</sup>

A primeira refletiria os anseios das massas populares, já que teria considerável impacto redistributivo e na criação de emprego, estaria mais conectada com a ideia de soberania econômica do país, produziria relativo crescimento da atividade econômica, satisfazendo, com isso, os interesses do setor comercial e industrial, piorando a situação do agro e adotando certa política discriminatória em relação

7 Nesta seção, retomamos as reflexões de outra análise: Martuscelli (2017b).

8 O caso do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff indica claramente que nem todos os segmentos da burguesia interna aderiram ao golpe de Estado. Como observa Boito Jr. (2017a), alguns deles foram perseguidos judicialmente, outros aderiram de maneira ativa ao golpe e há ainda aqueles que se mantiveram neutros durante o processo. Nesse sentido, é preciso situar com maior clareza a abrangência dessa ideia de frente única a partir da análise concreta da situação concreta. Recentemente, foi Singer (2015) quem aplicou essa ideia para o exame do caso brasileiro.

9 As reflexões produzidas por Marcelo Diamand podem ser encontradas em dois artigos que possuem pequenas diferenças no conteúdo da redação: Diamand (1977; 1985).

ao capital estrangeiro. A segunda corrente representaria o setor agropecuário, o setor financeiro, o exportador tradicional e, inclusive, o industrial.

Para ele, essas duas correntes estariam condenadas ao fracasso econômico, visto que seriam incapazes de posicionar o pêndulo no meio. A corrente populista, por engendrar a desordem, o desabastecimento, a inflação e a interrupção do pagamento externo; a corrente liberal, por fomentar a redução dos salários, a recessão e o endividamento externo. Ademais, tal disputa tenderia a se reproduzir em países com condição similar à da Argentina – isto é, diríamos: em países dependentes com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, como o Brasil.

Foi o cientista político Guillermo O’Donnell quem procurou traduzir mais às claras a metáfora do pêndulo em termos de conflito de classes. No artigo “Estado y alianzas en Argentina, 1956-1976”, O’Donnell (1977) observa que o movimento pendular da grande burguesia urbana em termos de aproximação (unidade) e distanciamento (contradição) em relação aos interesses da burguesia pampeana derivaria, em grande medida, das pressões oriundas dos setores débeis da burguesia urbana em aliança com os setores populares com forte inserção operária (“aliança defensiva”). Nessa perspectiva, quando os interesses das frações superiores da burguesia entram em contradição, configura-se um cenário em que a defesa do mercado interno, o crescimento do nível de atividade econômica e a contenção da expansão do capital internacional na formação social passam a ser uma das características marcantes da “aliança defensiva”.

Nas análises acima mencionadas, a metáfora do pêndulo é utilizada ora para examinar as disputas entre correntes do pensamento econômico (Diamand), ora para compreender os conflitos entre as frações superiores da burguesia argentina (O’Donnell). Essa metáfora pode ter grande utilidade analítica para a compreensão dos zigue-zagues políticos conjunturais que se concretizaram (e se concretizam) nas formações sociais argentina e brasileira,<sup>10</sup> especialmente para a análise do comportamento ambivalente da burguesia interna, e também para indicar os limites das análises pautadas numa visão essencialista das classes sociais em geral e das classes dominantes em particular, na medida em que indica a possibilidade de o posicionamento político das frações de classes sofrerem mudanças com o desenrolar do conflito distributivo numa dada conjuntura.<sup>11</sup> São, portanto, esses movimentos pendulares da burguesia interna que explicam tanto o processo de reformas do capitalismo neoliberal quanto as resistências a tais reformas.<sup>12</sup>

10 A ideia de movimento pendular foi também empregada recentemente por dois estudiosos da política brasileira: Singer (2015) e Boito Jr. (2017b).

11 Utilizamos a noção de conflito distributivo para nos referir à luta de classes no sentido fraco do termo, isto é, às lutas de classes que se inscrevem no processo de reprodução do capitalismo e não possuem uma natureza disruptiva.

12 Evidencia-se certa sincronia entre os movimentos pendulares da burguesia interna argentina e brasileira na conjuntura mais recente. No caso argentino, formou-se nos anos 1980 o “Grupo de

los Ocho”, que reunia a Unión Industrial Argentina (UIA), a Sociedad Rural Argentina (SRA), a Asociación de Bancos Argentinos (Adeba), a Asociación de Bancos de la República Argentina (Abra), a Bolsa de Comercio de Buenos Aires, a Unión Argentina de la Construcción (UAC), a Cámara Argentina de Comercio (CAC) e a Cámara Argentina de la Construcción (Camarco). Em meados dos anos 1990, esse grupo se reduziu a seis entidades dada a fusão da UAC com a Camarco, mantendo o nome desta última, e da Adeba com a Abra na Asociación de Bancos de la Argentina (ABA). Esse grupo conferiu apoio ao governo Menem e ao programa de reformas neoliberais (Salvia, 2017). No contexto da crise da convertibilidade, ocorreu uma cisão no interior das classes dominantes argentinas, quebrando a unidade existente do “Grupo de los Ocho” e criando as condições para a formação do “Grupo Productivo”, em 1999, composto pelas seguintes entidades: UIA (a entidade nuclear), CAC e Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), que passou a se pronunciar favoravelmente à proteção ao mercado interno, à compra de produtos nacionais, ao ativismo estatal, à revisão das privatizações e à retomada de um projeto político contrário ao “projeto financeiro” e ao desmonte da estrutura produtiva argentina (Merino, 2015). A CRA deixou de fazer parte do Grupo Productivo quando a UIA deu apoio à política do governo Duhalde de taxar as exportações agropecuárias (as chamadas *retenciones*, que seriam ampliadas nos governos de Néstor e Cristina até desaguar no conflito do campo em 2007, momento de maior crise política enfrentada pelo kirchnerismo) (Schteingart, 2011). O governo de Cristina Kirchner tentou enfrentar a oposição do campo, buscando aproximações com os industriais, especialmente aqueles vinculados à UIA, na época dirigida pelo empresário do ramo metalúrgico Juan Carlos Lascurain, vinculado à corrente Industriales que sustentava uma perspectiva mais desenvolvimentista. No entanto, a UIA foi mudando sutilmente de posição conforme o conflito foi se radicalizando e algumas das empresas de seus associados começaram a sofrer retaliações de organizações patronais do campo. Por causa de boicotes e desabastecimentos promovidos pelas empresas agroindustriais, os industriais começaram a sentir a pressão dada a falta de insumos para a produção oriundos do campo. Quando o governo Kirchner tentou articular o lançamento do Pacto do Bicentenário, que visava constituir um conselho econômico e criar um banco voltado ao financiamento de projetos de investimento e desenvolvimento, com o claro objetivo de estabelecer um pacto entre industriais e trabalhadores naquele difícil momento, a UIA procurou se distanciar do governo e apresentar uma posição que enfatizava a necessidade de diálogo entre governo e a “Mesa de Enlace”. Nesse ínterim, julgou que só assinaria o pacto se as entidades agroindustriais fossem também incluídas no projeto (Wyczykier, 2015). Para Coviello (2014, p.11), “o que se constata é que a UIA teve durante os primeiros dias do conflito uma posição de claro alinhamento com o governo. Contudo, o desenvolvimento dos acontecimentos fez com que a entidade revisasse sua postura e introduzisse certos matizes [...]. Nesse processo, a entidade passou de uma postura aberta ao diálogo, que condenava a atitude de confrontação do bloco do ‘campo’ e as medidas de protesto adotadas pelo mesmo – como forma de apoio ao governo –, a uma atitude de pressão sobre ambos os blocos de poder para que retomassem o diálogo – como forma de destravar urgentemente o conflito. Contudo, [...] a pressão da UIA sempre foi maior sobre o bloco do ‘campo’, por ser este quem sustentava a paralisação e os trancamentos de estrada” (Ibid., p.141). Consideramos que tal crise expressa em termos manifestos o lugar da contradição central interburguesa nos anos Kirchner existente entre a grande burguesia associada ao imperialismo (agro) e a grande burguesia interna (industriais). No caso brasileiro, as insatisfações dos industriais ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e à Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a política neoliberal começaram a ganhar impulso a partir da segunda metade dos anos 1990, acarretando na organização de manifestações públicas contra a política de juros e a política de abertura comercial (Boito Jr., 1999). É curioso notar aqui que tais entidades haviam abraçado o programa neoliberal no final dos anos 1980 e conferido apoio às candidaturas mais alinhadas ao neoliberalismo, como Collor e Cardoso. Já no início dos anos 2000, um industrial do ramo têxtil, José Alencar, figurava como vice de Lula na chapa para a presidência da República. Na principal crise enfrentada por esse governo, em 2005, entidades empresariais que adotaram um claro comportamento de burguesia interna deram apoio ao governo e frustraram as expectativas de segmentos que queriam desgastá-lo, como a mídia corporativa e o PSDB, e inviabilizar o processo de reformas do capitalismo neoliberal iniciado pelos governos petistas (Martuscelli, 2015).

## **Burguesia interna: entre a aceitação e a recusa do intervencionismo estatal**

No debate sobre os conflitos envolvendo a classe dominante, situam-se análises clássicas como as realizadas por Milcíades Peña, Jorge Sábato e Jorge Schvarzer, no caso argentino, ou por Boris Fausto e Caio Prado Jr., no caso brasileiro. Todos tendem a apontar para uma unidade histórica entre os interesses dos grandes proprietários de terra e dos industriais, mas ressaltando a ocorrência de contradições entre tais interesses que não chegariam a se conformar efetivamente como um enfrentamento ou antagonismo de classe. Ou como ressalta Peña (1973, p.7-8): “Unidade não é sinônimo de identidade”. O pano de fundo dessas análises é justamente a tese de que as classes dominantes na Argentina ou no Brasil, sejam aquelas mais vinculadas ao mercado interno ou as mais voltadas para o mercado externo, não estariam interessadas em realizar mudanças estruturais que pudessem apontar para um processo de ruptura com a condição subdesenvolvida ou dependente desses países diante das grandes potências capitalistas. Ambas as frações da classe estariam inclinadas a satisfazer apenas os seus interesses de curto prazo. É o que aponta, por exemplo, Schvarzer quando destaca que o crescimento industrial tendencialmente adaptou-se ao seu entorno e isso estaria ligado à própria forma como se constituiu a indústria na formação social argentina: “Nasceram assim empresas, fortemente integradas ao mercado mundial, cuja produção se limitava a bens que garantiam uma elevada rentabilidade” (Schvarzer, 1991, p.46). Assim sendo, em vez de investirem em instalações industriais, os capitais industriais concentrados sempre preferiram destinar seus lucros para investimentos em terras ou atividades comerciais e financeiras, o que leva o autor a qualificá-los como “empresários do passado”.

Nochteff (1996) chegou a conclusões próximas às de Schvarzer ao dizer que, historicamente, a “elite econômica” teria dado preferência à obtenção de “quase rendas de privilégio” em detrimento de “quase rendas tecnológicas”, inibindo a emergência de um processo de desenvolvimento na Argentina pautado na inovação. Nesse sentido, “os períodos de expansão [da economia] são considerados ‘bolhas’ no que se refere ao desenvolvimento apoiado na inovação” (Nochteff, 1996, p.115). Castellani (2009, p.225) aproveitou a noção de rendas de privilégio, formulada por Nochteff, para elaborar o conceito de “âmbitos privilegiados de acumulação”, que designa “um espaço virtual articulado por diversas práticas que permitem a geração de lucros extraordinários para um conjunto de empresas privadas, benefícios que se sustentam na existência de múltiplos e diversos privilégios (que podem ou não estar institucionalizados)”.

Por sua vez, Saes (2016) aponta para a falta de vocação industrial da burguesia industrial no Brasil, salientando que quem encabeçou o projeto de industrialização no país teria sido a burocracia de Estado. Para ele, na transição do escravismo moderno para o capitalismo, não teria se constituído uma burguesia nacional com capacidade de dirigir o processo de industrialização e construir um desen-

volvimento capitalista independente. Em vez disso, teria surgido uma burguesia interna que, num primeiro momento, se subordina ao grande capital comercial e, depois, à burocracia de Estado:

O pano de fundo econômico sobre o qual evolui a burguesia brasileira é organicamente frágil e limitado: a) uma das maiores concentrações de renda em escala mundial; b) conseqüentemente, um mercado interno pouco expressivo em termos relativos, a despeito de ser razoável em termos absolutos. Essas características crônicas do sistema industrial brasileiro limitam a penetração dos seus produtos no mercado externo: o uso do mercado interno como instrumento aferidor da qualidade dos bens exportáveis se revela ineficaz e pouco confiável. A burguesia interna é, portanto, economicamente frágil, por estar apoiada numa economia capitalista limitada; mas ela é também uma burguesia politicamente fraca por ser tecnologicamente dependente do exterior. (Saes, 2016, p.23)

Chibber (2008) também enfatiza o desencontro entre “burguesia nacional” e política industrial. Analisando o processo de substituição de importações levado a cabo por várias formações dependentes e fazendo referências à retomada em tempos recentes do discurso que caracteriza a burguesia nacional como uma “força natural” que perseguiria o objetivo de desenvolver uma política industrial, o autor salienta que os capitalistas nacionais tendencialmente foram arredios à planificação industrial, limitando-se à defesa de protecionismo e subsídios. Para ele, o modelo de substituição de importações levou as empresas a dedicarem mais atenção à redução dos custos da produção do que à incorporação de investimentos, ou seja, o controle monopólico afastou o fantasma da competição externa, mas transformou-se num processo de não investimento:

Para a burguesia nacional, a ISI representava, portanto, a possibilidade de enormes lucros. O problema estava no fato de que, com o objetivo de maximizar esses lucros, havia sentido aceitar as partes de subsídios para a ISI, ao mesmo tempo que rechaçavam as ambições dos administradores estatais de controlar o que os industriais fariam com os subsídios. (Chibber, 2008, p.16)

Como não queriam assumir a socialização dos riscos, os capitalistas nacionais entravam em conflito com os planejadores.

Essa forma ambígua de lidar com o intervencionismo estatal, ora exigindo protecionismo e subsídios, ora repudiando iniciativas que redundem em estatização de empresas e serviços e planejamento estatal, somada aos processos históricos das revoluções socialistas do século XX, que resultaram na eliminação formal do capital privado e na constituição de um capitalismo de Estado dirigido por uma burguesia de Estado, põe em relevo um aspecto importante presente na própria constituição da ação política da burguesia interna na conjuntura. O temor de vir

a ser eliminada ou ter sua participação muito restringida pela presença de uma emergente e forte burguesia de Estado pode levá-la a se inclinar em determinadas conjunturas a um posicionamento mais abertamente contrário ao intervencionismo estatal. A crítica ao intervencionismo estatal formulada pelos representantes da burguesia interna em determinadas conjunturas, distante de se caracterizar como uma recusa *in totum* desse intervencionismo para os seus negócios, expressa, no fundo, uma crítica às políticas que podem potencializar o estabelecimento de uma burguesia de Estado.

Além disso, é preciso levar em consideração outros efeitos que podem produzir o intervencionismo estatal sobre o capital industrial local. É o que observa o cientista político Peter Evans no artigo “O Estado como problema e solução”. Ao se referir ao Estado desenvolvimentista, Evans (1993) salienta que se, por um lado, o compromisso desse Estado com um processo de industrialização acabaria promovendo o capital industrial local, gerando laços institucionais entre Estado e capital e consolidando a chamada *embedded autonomy* (ou “autonomia inserida”), ou seja, um tipo de relação em que Estado e capital são vistos como parceiros, por outro, o sucesso dessa “autonomia inserida” do Estado desenvolvimentista poderia engendrar um outro efeito: “Na medida em que o capital privado [poderíamos dizer: a burguesia interna] se torna menos dependente dos recursos fornecidos pelo Estado, diminui a relativa predominância deste” (Evans, 1993).

Esse tema do comportamento anti-intervencionista foi retomado recentemente em artigo assinado por Singer (2015), no qual o autor analisa a dissolução da coalizão produtivista, que dava sustentação ao governo Dilma, e a formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista. Para ele, o ativismo estatal teria sido um dos fatores que engendraram a constituição de um movimento de oposição e de afastamento de frações burguesas em relação ao governo Dilma:

Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até havia pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se *contra seus próprios interesses* (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. (Singer, 2015, p.66)

Ainda que seja necessário aprofundar a análise dessa questão a partir da investigação de casos concretos, cabe indagar se tal tipo de comportamento não seria típico da ação política das burguesias internas nas formações sociais dependentes nas conjunturas de governos que não se alinham totalmente às versões mais liberais de política econômica.

Analisando o caso brasileiro, o próprio Singer (2015) e Magalhães (2015) procuram oferecer uma resposta a esse problema, retomando, para tanto, o dilema debatido pelo economista Michael Kalecki nos anos 1940. Para Kalecki (1943), as situações de pleno emprego (o que abarcaria crescimento de emprego e dos salários) se defrontariam em algum momento com a queda de investimentos privados na produção industrial. De acordo com esse autor, isso ocorreria porque a redução do investimento privado estaria associada à tentativa de os industriais resistirem aos traços mais intervencionistas da política econômica e, com isso, disciplinarem o salário e a renda do trabalho.

Dois fatores parecem, portanto, explicar o deslocamento das burguesias internas nos países de capitalismo dependente para a formação de uma frente política com os interesses mais alinhados ao imperialismo: o medo da emergência de uma pujante burguesia de Estado e os resultados de uma política de natureza mais expansionista, que podem tornar a luta dos trabalhadores menos vulnerável nos conflitos distributivistas.

### **Considerações finais**

Do que vimos analisando até aqui, podemos indicar algumas tendências gerais presentes na história das classes dominantes argentinas e brasileiras: o movimento pendular, o que implica a existência de unidade e conflito no seio das classes dominantes e destas com as classes dominadas. Nesse caso, é marcante a oscilação do posicionamento político das classes dominantes, mais aderente à implementação de políticas ora contracionistas (liberais) ora expansionistas (populistas); a inexistência de vocação industrial por parte da fração da burguesia interna que eventualmente poderia estar mais interessada num processo de industrialização: a burguesia industrial. Sobre essa questão, valeria a pena transcender o debate muitas vezes pautado na idealização de um empresário inclinado a investir em inovação (o empresário schumpeteriano) e analisar quais aspectos ligados ao próprio processo de reprodução capitalista, numa formação social dependente, fomentariam ou condicionariam esse tipo de comportamento. Aqui, uma hipótese a ser observada é a das possíveis imbricações entre multifuncionalidade do capital e dependência. Diferentemente do pensamento crítico que assimilou o fetiche da novidade difundido pelos ideólogos da globalização, não consideramos a multifuncionalidade do capital um fenômeno novo, se entendermos essa multifuncionalidade como algo que designa um determinado agrupamento de capitalistas que possui investimentos em duas ou mais atividades econômicas. Trata-se de um traço constitutivo da própria forma de existência dos agrupamentos dominantes mais concentrados.

Nesse sentido, situadas em formações sociais dependentes, essas classes dominantes podem se refugiar nas zonas de menor tensão com o capital estrangeiro e o imperialismo. Se a adesão a um planejamento industrial pautado numa perspectiva nacionalista, de defesa da soberania nacional, representar um risco para seus próprios negócios, essas classes dominantes vão buscar a zona de menor enfren-

tamento e tentar ganhar lucros extraordinários em atividades não necessariamente vinculadas à produção, garantindo assim a permanência da disjuntiva: produção de mercadorias de alto valor agregado (potências imperialistas) e de baixo valor agregado (países dependentes). Portanto, o fenômeno da multifuncionalidade do capital numa formação social dependente está associado às frações capitalistas mais concentradas economicamente (ao grande capital), que se encontram em situação comparativamente mais vantajosa do que os capitais pequeno e médio para investir em mais de uma empresa ou atividade com a finalidade de garantir a maximização de sua rentabilidade, sem que, com isso, tenha que se preocupar com (ou aderir) à defesa de um modelo de desenvolvimento industrial.

Na dificuldade de competir com o capital estrangeiro ou imperialista, os grandes capitalistas locais poderão dar prioridade à maximização dos lucros, sem que isso implique adesão a uma política protecionista ampla. O protecionismo será, assim, seletivo: protecionismo para as mercadorias que as suas próprias empresas produzem e abertura econômica para os insumos utilizados no processo de produção. Aqui reside sua força como grupo multifuncional e sua fraqueza diante dos capitais forâneos. Ademais, como vimos, o não compromisso da burguesia interna com uma política de desenvolvimento capitalista autônomo parece estar associado ao fato de essa fração de classe temer sua eliminação pela ação de uma burguesia de Estado ou enfrentar dificuldades de levar adiante seus negócios frente ao crescimento dos protestos e greves dos trabalhadores, o que a induz, em certas conjunturas, a se posicionar de maneira mais claramente passiva em relação ao imperialismo.

### Referências bibliográficas

- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BETTELHEIM, Charles. *Cálculo econômico e formas de propriedade*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.
- \_\_\_\_\_. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 2012b, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, São Paulo, Editora Unesp, v.42, 2016.
- \_\_\_\_\_. A burguesia brasileira no golpe do impeachment. *Brasil de Fato*, São Paulo, 6 jan. 2017a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>>.
- \_\_\_\_\_. As reclamações tardias da Fiesp. *Brasil de Fato*, São Paulo, 18 fev. 2017b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/18/as-reclamacoes-tardias-da-fiesp>>.



- BOITO JR., Armando; ROJAS, Gonzalo. Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirchner. *33º Encontro Nacional da Anpocs*, 2009.
- BOITO JR., Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. In: *Latin American Perspectives en español y portugués 1: buscando alternativas políticas y económicas*. Buenos Aires/Riverside: Clacso/Latin American Perspectives, 2017.
- BRAGA, Sérgio; MONTROSE, Edilson. Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: NAPOLITANO, Carlo José; VICENTE, Maximiliano Martín; SOARES, Murilo César (orgs.). *Comunicação e cidadania política*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Campinas, 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Unicamp.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CASTELLANI, Ana Gabriela. Estado y grandes empresarios en la Argentina de la post-convertibilidad. *Cuestiones de Sociología*, Buenos Aires, n.5-6, 2009.
- CHIBBER, Vivek. ¿Revivir el Estado desarrollista? El mito de la “burguesía nacional”. *Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal*, Santa Fe, n.11, jul./dez. 2008.
- COVIELLO, Ramiro. El posicionamiento de la Unión Industrial Argentina durante el conflicto agropecuario de 2008. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n.282, 2014.
- DIAMAND, Marcelo. El péndulo argentino: empate político o fracasos económicos. In: FLORIA, Carlos A.; MONTSERRAT, Marcelo (orgs.). *Pensar la República*. Buenos Aires: Fundación Piñero Pacheco, 1977.
- \_\_\_\_\_. El péndulo argentino: ¿hasta cuándo? *Cuadernos del Centro de Estudios de la Realidad Económica*, Buenos Aires, n.1, 1985.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, n.18, 2004.
- EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n.28-29, abr. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006)>.
- FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n.28, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba: CRV, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- GIL, Aldo Duran; LIMA, Gustavo dos Santos Cintra. Hegemonia política no Brasil sob o governo Rousseff. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.7, n.1, jan. 2015.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

- KALECKI, Michael. Political aspects of full employment. *The Political Quarterly*, v.14, n.4, 1943.
- KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. *Desde abajo, desde arriba: De la resistencia a los gobiernos populares: escenarios y horizontes del cambio de época en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.
- MAGALHÃES, Luís Carlos G. de. *Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil*, Assessoria Econômica do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Federal, mimeo, 2015. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150727210907631636487.pdf>>.
- MARINI, Ruy Mauro. Brazilian “interdependence” and imperialist integration. *Monthly Review*, Nova York, v.17, n.7, 1965.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A burguesia mundial em questão. *Crítica Marxista*, n.30, 2010.
- \_\_\_\_\_. Poulantzas e o conceito de burguesia interna. *Demarcaciones*, n.2, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- \_\_\_\_\_. Rousseff Government Crisis and Class Political Realignments. *The Quarterly of Latin American Economy and Trade*, n.30, 2017a.
- \_\_\_\_\_. O pêndulo brasileiro: até quando? *LavraPalavra*, jun. 2017b. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2017/07/10/o-pendulo-brasileiro-ate-quando/>>.
- MERINO, Gabriel Esteban. *Luchas por la conducción del Estado en Argentina entre 1999 y 2003: El Grupo Productivo y el cambio del “modelo”*. Posadas: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2015.
- NOCHTEFF, Hugo. La experiencia argentina: ¿desarrollo o sucesión de burbujas? *Revista de la Cepal*, Santiago, n.59, 1996.
- O’DONNELL, Guillermo. Estado y alianzas en Argentina, 1956-1976. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v.16, n.64, jan./mar. 1977.
- OSTIGUY, Pierre. *Los capitanes de la industria*. Grandes empresarios, política y economía en la Argentina de los años 80. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1990.
- PEÑA, Milcíades. *La clase dirigente frente al imperialismo*. Buenos Aires: Fichas, 1973.
- POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*. Paris: Maspero, 1974. [Ed. bras.: *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.]
- \_\_\_\_\_. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris: François Maspero, 1975. [Ed. bras.: *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.]
- SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Xamã, 2007.
- \_\_\_\_\_. As frações da classe dominante no capitalismo – notas teóricas In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAES, Décio. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v.6, n.1, 2016.

- SALVIA, Sebastián. Alianzas de los empresarios industriales en la crisis del neoliberalismo en Argentina. *Revista de Sociología e Política*, Curitiba, v.25, n.62, jun. 2017.
- SCHTEINGART, Daniel. La concepción del desarrollo de la Unión Industrial Argentina (2000-2010). *Documentos de Investigación Social*, San Martín, Unsam/Idaes, n.17, 2011.
- SCHVARZER, Jorge. *Empresarios del pasado*. La Unión Industrial Argentina. Buenos Aires: Cisea/Imago Mundi, 1991.
- SEGRERA, Francisco López. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha*. Buenos Aires: Clacso, 2016.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, São Paulo, n.102, 2015.
- WYCZYKIER, Gabriela. Las disputas por el desarrollo: narrativas y posicionamientos de los empresarios de la Unión Industrial Argentina en las coyunturas políticas de 2008. *Temas y debates*, Rosario, n.30, 2015.

## Resumo

O artigo se propõe analisar os aspectos principais que caracterizam a burguesia interna como fração de classe nas formações sociais dependentes. Nesse sentido, trataremos de algumas questões fundamentais, tais como: a problemática da internacionalização do capital e sua relação com a emergência das burguesias internas; o movimento pendular da burguesia interna como característica de seu posicionamento político; e as tensões da burguesia interna com o intervencionismo estatal. **Palavras-chave:** Burguesia interna; capitalismo dependente; luta política; Argentina; Brasil.

## Abstract

The article proposes to analyze the main aspects that characterize the internal bourgeoisie as a fraction of a class in dependent social formations. In this sense, we will examine some fundamental questions, such as: the problematic of the internationalization of capital and its relation with the emergence of the internal bourgeoisie; the pendular movement of the internal bourgeoisie as something characteristic of its political position; and the tensions of the internal bourgeoisie with state interventionism.

**Keywords:** Internal bourgeoisie; dependent capitalism; political struggle; Argentina; Brazil.